ATA NÚMERO DOIS MIL, OITOCENTOS E SEIS (2.806)

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco reuniu-se no Plenário Vereador César Augusto Leoni, o Poder Legislativo Municipal da Lapa sob a presidência do Vereador João Renato Leal Afonso, Secretariado pelos Vereadores João Antonio de Jesus Martins e Dirceu Rodrigues Ferreira, presente os Vereadores: Antonio Luiz Carlos Cavalini, Leandro Pierin Borges da Silveira, Marco Antonio Bortoletto, Marco Antonio Ferrari Ramos e Juciel Vilmar Jungles dos Santos. À Hora Regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, iniciando com a deliberação da ata anterior, de número 2.804, sendo a mesma aprovada por unanimidade. Em seqüência, foi feita a leitura, pelo 1° Secretário, Vereador João Antonio, das correspondências recebidas, onde constou o seguinte: Balancete da Câmara Municipal, referente ao mês de Setembro de 2004. Ofício nº. 537, do Executivo Municipal, que cria novas vagas para o Cargo Público de Provimento Efetivo que especifica e dá outras providências. Ofício nº. 540, do Executivo Municipal, encaminhando uma via da Lei 1891. Ofício nº. 536, do Executivo Municipal, em resposta a Indicação nº. 160/05, de autoria do Vereador Leandro Borges da Silveira. Ofício nº. 548, do Executivo Municipal, em resposta a ofício nº. 530/05 desta Casa. Ofício nº. 33/2005, do Executivo Municipal, encaminhando balancetes financeiros referentes aos meses de janeiro a agosto/2005. Ofício Circular nº. 060/05, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, convidando para Seminário. Ofício nº. 1062/05, do Deputado Federal Max Rosenmann, comunicando conclusão das obras de pavimentação da BR 476. Ofício nº. 1401/05, da Câmara Municipal de União da Vitória, enviando Congratulações pelo transcurso do Dia do Vereador. Ofício Circular nº. 67, da Secretaria de Educação Básica/MEC, encaminhando Folder sobre o FUNDEF-2005. Comunicado nº. 145980/2005, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando liberação de recursos financeiros. Comunicado nº. 10615035/MS/SE/FNS, do Fundo Nacional de Saúde, informando a liberação de recursos. Correspondência da Senhora Helenita Prevedello, solicitando apoio para campanha por melhores condições da Saúde na Lapa. Solicitação do Sr. Carlos Eugênio Pires, para que se cumpra a Lei Federal quanto ao barulho a partir das 22:00 horas. Convite da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente convidando para etapa preparatória para Seminário sobre Desenvolvimento Territorial. Boletim Oficial nº. 822. O Vereador Marco Ramos solicitou a leitura da solicitação do senhor Carlos Eugênio Pires. O Vereador Marco Ramos disse que com relação a essa solicitação do senhor Carlos Eugênio Pires os Vereadores tomassem as medidas possíveis advertindo os responsáveis e se existem essas provas e encaminhar para o Ministério Público para serem apuradas se existe menores consumindo álcool o que seria uma infração muito grave perante o Município da Lapa. O Presidente João Renato disse que o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe veementemente a venda de bebida alcoólica para menor de idade, e se isso estiver ocorrendo a empresa ora denunciada incorre em crime de responsabilidade, e o Código de Postura prevê o silêncio após as vinte e duas horas principalmente em áreas residenciais e que esta Presidência mandará um expediente ao delegado de polícia pedindo providências e ao Ministério Público comunicando o fato e também a Polícia Militar, e entende que esta Casa é do povo lapeano principalmente quando vem uma denúncia formal. O Vereador Cavalini disse que se trata de um desafeto mais acha necessário falar que a polícia militar e civil tem grande responsabilidade nisso bem como o Instituto Ambiental do Paraná na questão dos decibéis de barulho acima do tolerável bem como a Prefeitura que caso não tome também providências pedirá que casse o alvará daquele estabelecimento. O Presidente João Renato justificou a ausência do Vereador Vilmar devido a participação em uma reunião na cidade de Bituruna. Ainda no Expediente do Dia foi feita, pelo 2° Secretário, Vereador Dirceu Rodrigues, a leitura do resumo das correspondências expedidas, constando o seguinte: Ofícios nº.s 533 a 546/05 e 548/05, em atenção a Requerimentos e Indicações dos senhores Vereadores. Ofício nº. 547/05, encaminhando à Associação de Produtores Artesanais da Lapa, cópia de Lei 1889, que declara de utilidade pública a referida associação. Ofício nº. 549/05, ao Diretor Presidente do LAPAPREV, solicitando mais duas cópias da Reavaliação Atuarial do ano de 2004, para que possam ser enviadas ao Tribunal de Contas. Ofício nº. 550/05, ao Executivo

Municipal, encaminhando para conhecimento uma via de Decreto Legislativo. Ofício nº. 551/05, ao Executivo Municipal, encaminhando uma via de projetos de leis. Ofício nº. 552 a 554/05, ao Executivo Municipal, solicitando publicação. Ofício nº. 555/05, ao Executivo Municipal, encaminhando cópia de comunicados oriundos do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros. Ofício nº. 556, ao Sr. Adriano Hamerschmidt, em resposta ao solicitado. Ofício nº. 557/05, ao Tribunal de Contas do Estado, encaminhando prestação de Contas referente ao ano de 2004. Mais nada a tratar, o Presidente João Renato deixou a correspondência à disposição de todos os Vereadores na Secretaria desta Casa. Dando início à Ordem do Dia, presente os Vereadores: Antonio Luiz Carlos Cavalini, Dirceu Rodrigues Ferreira, Leandro Pierin Borges da Silveira, Marco Antonio Bortoletto, Marco Antonio Ferrari Ramos, João Antonio de Jesus Martins e Juciel Vilmar Jungles dos Santos. Em 1ª Discussão o Anteprojeto de Lei nº. 06/2005, de autoria do Vereador Leandro Pierin Borges da Silveira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão no currículo de quinta a oitava séries do 1ª Grau e no 2º Grau, em Escolas Públicas do Município da Lapa, noções sobre dependência química causada por alcoolismo, tabagismo, entorpecentes, tóxicos e suas conseqüências neuropsíquicas e sociais e dá outras providências, foi retirado para a providência de um Substitutivo devido ao grande número de emendas ainda conflitantes e insuficientes para atender os Vereadores. Em 1ª Discussão o Anteprojeto de Lei nº. 40/05, de autoria do Executivo Municipal que altera dispositivos da Lei nº. 1841, de 26.01.05, que alterou a lei nº. 1521, de 22.02.01, e dá outras providências. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Juciel dizendo que esse Projeto muda a estrutura administrativa dos cargos principalmente comissionados da Prefeitura e que cria um cargo de Assessoria Técnica em Finanças e avaliou a justificativa e no seu entender são atribuições e incumbências do Secretário de Finanças e acha que não tem o porque de criar esse cargo como, por exemplo, supervisionar o serviço dentro da área de finanças públicas, supervisionar a elaboração da programação financeira do cronograma de desembolso mensal, sugerir alertas para a limitação de empenhos de acordo com as orientações relatórios apresentados pela Contabilidade Municipal entre outras argumentações e que já foi aprovado aqui na Câmara cento e treze cargos e foram nomeados noventa e quatro cargos e que se viesse um projeto também para diminuir esses cargos ou tirar os que ainda não foram nomeados até poderia analisar e talvez votar a favor, mas criar mais um cargo não tem como aceitar, e que há vários cargos nomeados que até agora não viu para que foram nomeados e nenhum trabalho, e colocou seu voto contrário. Com a palavra o Vereador Leandro disse que esse projeto está criando o cargo de Assessoria Técnica em Finanças estabelecendo a competência do mesmo e juntamente com esse projeto foi enviado próximo da ordem do dia de número 41/2005 que torna o cargo de provimento em comissão, e assim mesmo respeitando o Prefeito Municipal Miguel Batista e toda a sua equipe terá hoje que votar não a esses dois projetos porque entende que os mesmos estão criando mais um cargo em comissão que prevê recebimento mensal de dois mil oitocentos e sessenta e dois reais que com cem por cento de gratificação poderá chegar a cinco mil setecentos e vinte e quatro reais e que no seu ver é um salário muito grande para tal cargo sendo mais que de um Secretário, e disse que continuará votando favorável aqueles projetos que vem de encontro aos interesses lapeanos e que este projeto infelizmente a população pede por um não, motivo pelo qual sustenta seu voto. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o Anteprojeto de Lei nº. 40/05, de autoria do Executivo Municipal que altera dispositivos da Lei nº. 1841, de 26.01.05, que alterou a lei nº. 1521, de 22.02.01, e dá outras providências, colocado em 1ª. votação sendo rejeitado por quatro votos a três sendo favoráveis os Vereadores Cavalini, Marco Bortoletto e Dirceu. Em 1ª Discussão o Anteprojeto de Lei nº. 41/05, de autoria do Executivo Municipal que insere dispositivos no Anexo I da lei nº. 1838, de 26.01.2005, que estabelece os cargos de provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal da Lapa, e dá outras providências. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Marco Ramos dizendo que a posição do Vereador Leandro merece respeito e em respeito do povo lapeano nas decisões que são certas para o povo e

não para um ou meia dúzia de pessoas e que os projetos quarenta e quarenta e um são um abuso do poder que o Prefeito está querendo colocar ao povo da Lapa e parabenizou mais uma vez o Vereador Leandro pela coragem em tomar esta decisão hoje, e gostaria de saber onde estão os assessores distritais que ganham quase dois mil reais e ninguém conhece, e de quanto ganha o Assessor do Prefeito para atender o povo onde um salário na Lapa não passa de quatrocentos reais, e acredita que a Câmara está tomando o seu lado perante o povo e deixando de lado a vergonha que poderia se tornar o Município e corrigindo, talvez não o Prefeito, mas sim meia dúzia de pessoas, e que seu voto é contrário. Com a palavra o Vereador Juciel disse que acha até pouca a remuneração dos Secretários porque tenham toda uma responsabilidade em assinar documentos e cheques, mas agora um cargo de assessor ganhar três mil e podendo ganhar mais cem por cento chegando a seis mil e duzentos passando a ganhar mais que o Secretário, e que não tem como justificar o cargo, criando muitos cargos com salários muito altos enquanto que a maioria dos trabalhadores e funcionários de carreira ganham quatrocentos, quinhentos ou seiscentos reais por mês desestimulando de certa forma o trabalho dessas pessoas, e que no seu ponto de vista é um equivoco administrativo e que o dinheiro é um só sendo cinqüenta e quatro por cento para se gastar com salário e ficar gastando trinta ou quarenta por cento, desses cinqüenta e quatro, para pagar comissionado está se tirando a possibilidade de um melhor salário dos funcionários de carreira, é um equivoco e ainda há tempo para rever isso, e espera que o Prefeito sensibilize e comece a mudar essa questão, e que seu voto mais uma vez é contrário. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o Anteprojeto de Lei nº. 41/05, de autoria do Executivo Municipal que insere dispositivos no Anexo I da lei nº. 1838, de 26.01.2005, que estabelece os cargos de provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal da Lapa, e dá outras providências, colocado em 1ª. votação sendo rejeitado por quatro votos a três sendo favoráveis os Vereadores Cavalini, Marco Bortoletto e Dirceu. Em 1ª Discussão o Anteprojeto de Lei nº. 44/2005, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a autorização de Crédito Adicional Especial. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma foi o Anteprojeto de Lei nº. 44/2005, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a autorização de Crédito Adicional Especial, colocado em 1ª. votação sendo aprovado por unanimidade. Havendo requerimento verbal de autoria do Vereador Marco Ramos, solicitando dispensa de interstício para 2ª. deliberação do Anteprojeto de Lei nº. 44/2005, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a autorização de Crédito Adicional Especial, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Juciel dizendo que é uma abertura de crédito do Orçamento Geral no valor de setenta e cinco mil reais para o Departamento de Viação, Obras e Urbanismo sendo cinqüenta mil reais para a abertura e conservação de ruas e avenidas e para o Departamento de Esporte e Lazer sendo uma boa iniciativa em gastar dinheiro nessa área e que está precisando dar opção de esporte e lazer para os jovens, e que não tem porque votar contra justificando seu voto favorável. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o Anteprojeto de Lei nº. 44/2005, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a autorização de Crédito Adicional Especial, colocado em 2ª. votação sendo aprovado por unanimidade. Em 1ª Discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº. 20/2005, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda Convênio celebrado entre o Município e a Justiça da 10ª Zona Eleitoral. Livre a palavra para discussão e ninguém querendo fazer uso da mesma foi o Projeto de Decreto Legislativo nº. 20/2005, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda Convênio celebrado entre o Município e a Justiça da 10ª Zona Eleitoral, colocado em 1ª. votação sendo aprovado por unanimidade. Havendo requerimento verbal de autoria do Vereador Cavalini solicitando dispensa de interstício para 2ª. deliberação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 20/2005, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda Convênio celebrado entre o Município e a Justiça da 10ª Zona Eleitoral, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Livre a palavra para discussão fez uso dela o Vereador Juciel dizendo que neste projeto o juiz pede um funcionário de carreira para ajudar na parte da Justiça Eleitoral na 10ª Zona Eleitoral, e que

ficaria preocupado se o cargo não fosse de carreira, mas como é tem que se confiar e votar a favor porque se o juiz está pedindo é porque precisa, e que seu voto é favorável. Com a palavra o Vereador João Antonio disse que esse convênio é bastante antigo e vem se renovando já existindo esse funcionário que é a senhora, Adriana Mendes Peps, que trabalha lá auxiliando a Justiça Eleitoral. Mais ninguém querendo fazer uso da palavra foi o Decreto Legislativo nº. 20/2005, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda Convênio celebrado entre o Município e a Justiça da 10ª Zona Eleitoral, colocado em 2ª. votação sendo aprovado por unanimidade. Em 1ª Discussão o Projeto de Resolução nº. 06/2005, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Redação do Capítulo VII – das Atas, do Título V – das Sessões, do Regimento Interno da Câmara Municipal da Lapa. Havendo requerimento de autoria do Vereador João Renato solicitando a retirada do Projeto de Resolução nº. 06/2005, de autoria da Comissão Executiva, que altera a Redação do Capítulo VII – das Atas, do Título V – das Sessões, do Regimento Interno da Câmara Municipal da Lapa, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. Nada mais constando na Ordem do Dia, passou-se a leitura dos requerimentos e indicações apresentados: Requerimento do Vereador Marco Antonio Ferrari Ramos ao Executivo Municipal, solicitando cópia de inteiro teor do procedimento licitatório, inclusive documentos referentes à vistoria dos veículos, referentes à contratação de empresas para realizarem o transporte escolar no Município. Requerimento do Vereador Marco Antonio Ferrari Ramos solicitando cópia de todos os documentos relativos ao processo de CPI instaurado e em andamento nesta Casa que visa apurar possíveis irregularidades na contratação pelo Município das empresas Capaciter e Cotral. Requerimento do Vereador Marco Antonio Ferrari Ramos, ao Executivo Municipal, solicitando cópia de inteiro teor do procedimento licitatório referentes as obras que estão sendo realizadas na Casa Lar. Requerimento verbal do Vereador Cavalini solicitando ao Prefeito Municipal a transferência do Posto de Saúde Doutor Eugênio Guimarães para o Hospital Hipólito onde há um maior espaço, e que o Posto de Saúde se tornasse uma farmácia pública. Ninguém querendo colocar qualquer requerimento ou indicação em destaque, foram todos deferidos ficando à disposição dos Senhores Vereadores, juntamente com o Expediente, na Secretaria desta Casa. Dando início as inscrições para o Grande Expediente, manifestou-se os Vereadores Marco Ramos, Cavalini e Juciel. Com a palavra o Vereador Marco Ramos disse que corrigindo o que falou terça-feira passada a respeito dos cargos em comissão, o qual é contra, e que diante dos Vereadores e público presente dizer que respeita os cargos em comissão como é o caso do senhor José Almir Moro que trabalha e corre atrás e também do ex-Vereador Osvaldo Camargo e que tem cargos que merecem respeito, mas tem cargos em comissão no Distrito de Mariental que é exercido pelo ex-Vereador Baito que ninguém sabe onde fica, e outro cargo na localidade de São Bento exercido pelo vulgo Pardal onde ganha seiscentos reais e também ninguém sabe onde fica, e com relação ao requerimento do senhor Carlos Eugênio Pires o qual merece respeito, assim como todo o povo da Lapa, e que tem um posto de gasolina em frente ao posto Estação e tem se preocupado em não deixar o tumulto e a perturbação ocorrerem dentro do seu posto, mas talvez o dono do posto não esteja lá, e que é preciso tomar as devidas providências. Com a palavra o Vereador Juciel disse que concorda com as palavras do Vereador Marco Ramos com relação a alguns cargos comissionados que trabalham muito e ganham até pouco, mas reafirma que alguns não se sabe onde encontrar, disse querer levantar a questão do Plebiscito que está acontecendo no país e acha que a Câmara tem que participar mais e parabeniza a Gazeta da Lapa por colocar a posição de cada Vereador sendo de suma importância e indagou se é possível realizar uma discussão ou debate na Câmara junto a população lapeana, porque é uma decisão muito importante e que já colocou o seu voto pelo sim sendo contra as pessoas andarem armadas. Esclarecendo o presidente João Renato disse que com relação a participação desta Casa é de suma importância, mas é preciso que parta no mínimo de uma Comissão de Vereadores para que se faça uma Audiência Pública ou Sessão Especial e se convide pessoas pró a proibição de venda de armas e munições, não ao desarmamento, porque entende e está vendo através dos meios de comunicação que a pergunta é contra ou a favor do

desarmamento, e disse que é contra o desarmamento mas a proibição de venda de armas e munições no Brasil não se deve proibir porque há mais de doze milhões de armas ilegais no país e que o Estatuto do Desarmamento foi aprovado agora em dois mil e três, lei 10.286 a qual proíbe o cidadão comum de ter uma arma, e quem não tem uma arma ilegal, e que é preciso fazer com que o povo entenda o que é o Plebiscito, porque ao se perguntar ao cidadão cem por cento da população brasileira são a favor do desarmamento, mas proibir a venda legal onde se dá o atestado de boa conduta, todos os antecedentes criminais, realização de teste de capacidade psíquica que é o que exige a lei, e é preciso comprovar a necessidade da arma pela Polícia Federal, e que é algo que precisa ser esclarecido para a população, e que se faça essa Comissão Especial ou Sessão Especial para explicar a população contribuindo assim com o país, e entende que esse Plebiscito é jogar dinheiro fora e que se deve lutar por uma reforma no Judiciário e melhor aparelhamento das policias no país. Com a palavra o Vereador Cavalini disse que também vai votar contra o Plebiscito porque o porte de arma no meio da população já é proibido, e que não se pode proibir a pessoa de ter uma arma em casa para defender o comércio, a residência e a família porque a partir do momento que o bandido ficar sabendo que nas propriedades rurais e urbanas não existe nenhuma arma ele vai agir, e que este falso moralismo que existe por parte do autor do projeto senhor Renan Calheiros, por parte do Governo Federal que quer passar uma imagem para o mundo de humanista, onde não tem nada de humano, e enquanto o Brasil está se desarmando o Paraguai está se armando com armas da Rússia, da China e Estados Unidos, e que é um passo atrás no processo de defesa do país e avaliando a antropologia desde os primórdios o homem usou um pedaço de pau ou uma pedra para se defender, um revolver antigo na revolução de trinta ou usa hoje uma metralhadora AR15 e que isso faz parte do processo de defesa do cidadão e da humanidade, e que nenhum país no mundo tem esse processo de desarmamento e proibição de fabricação, e que se for fechada a CBC no Brasil, com a proibição, a empresa vai para a Argentina mandando para lá três mil e quinhentos empregos, e que é uma lei sem cabimento e espera que o povo brasileiro não se deixe levar pelas propagandas com artistas da Globo, porque com isso não se resolverá o problema da violência no país, disse que esteve com o Senador Osmar Dias onde foi feito mais de mil filiações em todo o Estado do Paraná e tem a grata satisfação de ter dado uma ficha de filiação ao senhor Luiz Baggio, ao nobre Vereador Marco Bortoletto e ao senhor Osvaldo Camargo, e deixa o partido do PDT aberto para os demais Vereadores e ao povo que queiram adentrar nessa luta, e que o Senador Osmar Dias será sem sombra de dúvidas candidato a Governador do Estado do Paraná e que está preparado para governar o Estado e não se empolga com o cargo e nem bajulações tendo os pés no chão, e com relação ao seu requerimento verbal, acha que a mudança para o Hospital Hipólito daquele Posto de Saúde, fazendo um pronto atendimento de qualidade, irá resolver muito dos problemas no Município sendo mais uma resposta ao abaixo-assinado da querida jornalista Helenita Prevedello em que o povo da Lapa participou e pediu providências, e como políticos e administradores tem que se dar a resposta rapidamente não deixando a critica sem solução, e se fazendo no Posto de Saúde uma farmácia pública se diminuirá grande parte dos problemas de saúde no Município, e teve a notícia de que esta vindo verbas para o Município de alguns Deputados onde aguarda resposta definitiva, para equipar cinco Postos de Saúde do interior da Lapa e fazer um Posto de Saúde de primeira qualidade na cidade. Abrindo-se as inscrições para Lideranças Partidárias onde não houve manifestações. Passou-se as Comunicações Parlamentares, onde não houve manifestações. O presidente João Renato disse querer fazer um comentário sobre alguns pontos dessa Sessão, com relação a farmácia pública parabenizando o Vereador Cavalini e acha que a hora é agora de lutar pelos anseios onde está sendo discutido a Lei de Orçamento nas Casas do Legislativo Estadual e Federal para que se possa angariar esses recursos, e com relação ao abaixo-assinado, no dia onze próximo vindouro, a senhora e cidadã Helenita Prevedello solicitou um espaço para poder entregar oficialmente a esta Casa de Leis o abaixo-assinado e esta Presidência já autorizou e pediu a presença de todos os Vereadores um pouco antes do inicio da Sessão, disse querer agradecer a senhora Cleusi T. Zuber

com a presença dos alunos do curso de Gestão Pública do Colégio São José vindo a Câmara Municipal assistir a Sessão, e que estão a exatamente um ano da eleição municipal de dois mil e quatro e a exatamente um ano atrás foram votados nas urnas e através de uma pesquisa feita pela Gazeta do Povo onde foram entrevistadas oitocentas pessoas e que sessenta e quatro por cento afirmaram que não lembram em quem votou para Vereador nas eleições do ano passado, quarenta e quatro por cento não sabe dizer se o Vereador atende as expectativas quanto a realização de propostas apresentadas durante a campanha eleitoral, setenta e sete por cento disseram que nunca assistiram a uma Sessão da Câmara de Vereadores ou visitaram o Legislativo Municipal, oitenta por cento afirmaram não lembrar o partido do candidato para o qual votou, setenta e oito por cento não sabem dizer qual é o Vereador mais atuante da Câmara Municipal, e com base nisso é que parabeniza a senhora Cleusi T. Zarur e alunos presentes por virem a está Casa, e que sempre diz que é Vereador porque se propôs a isso e quem quis que fosse Vereador foi o povo, e quem quis que esses ladrões que estão no Congresso Nacional estivessem como Deputados Federais foi o povo, e foi esse mesmo povo que disse na urna eletrônica quando apertou a tecla verde, vai na Câmara Municipal, vai na Assembléia, vai no Congresso Nacional e faça o que quiser em nome do povo sendo uma procuração pura e simples mas porem universal e não se sabe para quem foi dada essa procuração, e pediu aos presentes para que venham a está Casa porque só assim se poderá fazer a Lapa, o Paraná e o Brasil melhores. Por uma questão de ordem o Vereador Cavalini disse que por isso é favorável ao voto distrital misto porque evita que outros deputados venham de outros lugares e comprem votos, e também a importância que tem a imprensa no esclarecimento do povo dessas questões difíceis. Nada mais a tratar o Senhor Presidente encerrou a Sessão agradecendo a presença dos visitantes, bem como dos Senhores Vereadores, convocando-os para a próxima Sessão Ordinária a se realizar no dia 11 de outubro de 2005, à Hora Regimental, com a seguinte Ordem do Dia: 2ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº. 40/05, de autoria do Executivo Municipal que altera dispositivos da Lei nº. 1841, de 26.01.05, que alterou a lei nº. 1521, de 22.02.01, e dá outras providências. 2ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº. 41/05, de autoria do Executivo Municipal que insere dispositivos no Anexo I da lei nº. 1838, de 26.01.2005, que estabelece os cargos de provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal da Lapa, e dá outras providências. 1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº. 06/2005, de autoria do Vereador Leandro Pierin Borges da Silveira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão no currículo de quinta a oitava séries do 1ª Grau e no 2º Grau, em Escolas Públicas do Município da Lapa, noções sobre dependência química causada por alcoolismo, tabagismo, entorpecentes, tóxicos e suas consequências neuropsíquicas e sociais e dá outras providências. 1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº. 27/2005, de autoria do Vereador Leandro Pierin Borges da Silveira, que denomina de Florêncio Therezio, logradouro que especifica. 1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº. 28/2005, de autoria do Vereador Leandro Pierin Borges da Silveira, que Institui o Dia Vinte e Cinco de Julho do Calendário Gregoriano como o Dia Municipal da Cultura e da paz, bem como, é adotada a Bandeira da Paz e dá outras providências. 1ª Discussão do Anteprojeto de Lei nº. 45/2005, de autoria do Executivo Municipal, que cria novas vagas para o Cargo Público do Provimento Efetivo que especifica e dá outras providências. 1ª Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº. 21/2005, de autoria da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que referenda convênio celebrado entre o Município e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para a execução do Projeto Serviço de Proteção Sócio Assistencial à Pessoa Portadora de Deficiência/aquisição de Material de consumo. Sendo o que tinha para constar, após lida e aprovada, será a presente ata por todos os Vereadores assinada.